

# Projeto da FJSN não é transformado em lei

Como outros planos e projetos elaborados pelo Governo do Estado, a Fundação Jones dos Santos Neves terminou em 1976 um volumoso documento contendo propostas para o ordenamento da aglomeração urbana da Grande Vitória, intitulado Plano de Estruturação do Espaço (PEE). Entretanto, já não se observa mais o otimismo inicial de se transformar as propostas em realidade, mediante projeto de lei, pois nenhum interesse nesse sentido tem sido manifestado oficialmente.

O PEE aborda a necessidade de utilização do sistema ferroviário para o transporte urbano, faz alusão a uma quarta ligação da ilha com o continente e apresenta outras tantas proposições, algumas das quais poderão ser encaradas como "pessimistas" ou como "futurologia irreal", como é reconhecido na parte de sua apresentação. E adverte, por outro lado que a localização do complexo siderúrgico no planalto de Carapina poderá alterar os atuais padrões de habitação pelos efeitos que determinará no meio-ambiente, em decorrência dos ventos que sopram sobre a cidade.

Por fim, a Fundação Jones dos Santos Neves apresenta no documento um projeto de lei que dispõe sobre a aprovação (que ainda não aconteceu) do Plano e sua vigência nos cinco municípios da Grande Vitória. Com isso pretendia que os novos atos administrativos tivessem por princípio as disposições do referido Plano de Estruturação do Espaço.

Além do projeto de lei, propôs-se também um convênio entre o Governo do Estado e as cinco prefeituras da Grande Vitória, visando o desenvolvimento integrado da aglomeração urbana da região. Para isso foram apresentadas várias considerações, a primeira delas argumentando que o "crescimento desordenado das áreas urbanas dos municípios componentes da microrregião de Vitória, bem como a heterogeneidade dos equipamentos e serviços infra-estruturais colocados à disposição das comunidades, têm dificultado o funcionamento harmônico daquela área metropolitana, em detrimento do bem-estar da população".

Uma das preocupações que presidiu a elaboração do PEE, conforme enfatiza o documento, foi "aquela relativa ao usuário final, o habitante, como existente singular e ser social, o seu complexo quadro de necessidades a satisfazer, o seu direito essencial de procurar e ter satisfação". Ao abordar a problemática de aglomeração da Grande Vitória, assinala que "o desenvolvimento

recente da ocupação na área metropolitana fez-se à custa de perdas importantes, algumas desnecessárias e irreparáveis".

O Plano de Estruturação dos Espaços da Grande Vitória enfoca também alguns projetos então cogitados na época de sua elaboração. Entre eles são citados a instalação no planalto de Carapina da usina siderúrgica de Tubarão, cuja implementação representa "criar condições para surgimento de um núcleo industrial, complementar e interdependente, de porte nacional". Fala também da construção de um estaleiro de reparos navais, cuja localização em Vitória tinha "como fundamento a circunstância de aí aportar expressiva parte da frota que demanda do País".

Por outro lado, o PEE propõe o zoneamento da região da Grande Vitória, a fim de associar uma interpretação das tendências espontâneas de crescimento da aglomeração urbana a um conceito de ordenamento de sua expansão, de forma a maximizar o bem-estar da coletividade e a utilização dos equipamentos urbanos existentes e/ou a serem construídos.

Quanto ao sistema viário, o PEE propõe que sejam iniciados, o mais breve possível, estudos que conduzam a uma definição da política de transportes para aglomeração urbana. Em seguida aborda o sistema rodoviário, o qual "deve basear-se em três eixos estruturais orientados na direção Norte-Sul, que permitam um deslocamento linear das correntes de tráfego.

Propõe ainda que as vias públicas sejam definidas de acordo com as funções e características essenciais, ou sejam: estruturais, vias contínuas projetadas para tráfego pesado; arteriais principais, para grande volume de tráfego; arteriais secundárias, destinadas ao tráfego urbano funcionando eventualmente como alternativa as artérias principais; coletoras e distribuidoras, que possibilitam a passagem do sistema arterial para o local; e vias locais, destinadas preferencialmente para acesso e residência, negócios e outras propriedades adjacentes.

Sobre o sistema ferroviário, propõe o seu uso tanto para carga como para passageiros. Na Grande Vitória, assinalando que esta era, na época de elaboração do documento, "uma política federal e conduz a uma maior eficiência e menor custo quando comparado com o transporte rodoviário". Quanto a isso, vale lembrar que o ministro dos Transportes, Dirceu Nogueira logo depois de assumir o cargo declarou que pretendia colocar "o País nos trilhos", numa indicação de que sua prioridade seria de incentivos ao sistema ferroviário.

A nível da aglomeração da Grande Vitória, o PEE propõe um cadastro metropolitano, em face

da inexistência de dados básicos atualizados para o planejamento urbano. O cadastro teve sua importância ressaltada para mapeamentos e levantamentos a serem utilizados na maioria dos estudos programados.

Outra proposta de Plano, diz respeito a esgotos sanitários, uma vez que "os problemas de saneamento da aglomeração urbana da Grande Vitória podem ser classificados como dos mais graves. Registra-se a inexistência de qualquer serviço organizado de esgotos sanitários na região. O uso de fossas com lançamento de efluente na rede de águas pluviais ou em valas, para posterior deposição final nos cursos d'água ou no mar, é prática comum".

Diz que "as deficiências do sistema de transporte coletivo faz com que grande parte da população se utilize de transporte individual para realizar suas viagens diárias, congestionando, assim, a única via de acesso entre o centro e o continente Sul". O problema tem, ainda, para a Fundação Jones dos Santos Neves, dois outros fatores determinantes: "O primeiro deles é a carência de vagas de estacionamento na área central, agravado pelo sensível aumento da frota de veículos verificado nos últimos anos, e o outro é a grande movimentação de veículos de carga pesada, conflitando com o tráfego urbano nas vias principais".

O PEE sugere proteção ambiental, com levantamento cadastral das diversas fontes poluidoras, e, a partir desta identificação, um estudo de localização de estações de observação da qualidade do solo, água e ar. Como produtor deste trabalho, "dever-se-á ter, também, um dimensionamento dessas estações, bem como uma proposta institucional-financeira capaz de viabilizar a implantação do sistema".

Sobre a estrutura de saúde, o projeto da Fundação Jones dos Santos Neves pretende dar à aglomeração urbana "uma estrutura de saúde compatível com o crescimento demográfico e com as perspectivas de implantação de grande projetos econômicos na áreas".

Enfim, todas essas propostas e outras colocadas pelo Plano de Estruturação do Espaço da Grande Vitória foram somente apresentadas, embora algumas delas tenham tido desdobramentos, com estudos mais profundos e transformados em projetos executados ou em fase de execução, como é o caso do sistema aquaviário, e ultimamente o levantamento sobre as fontes poluidoras da região. Mas, ao contrário do que se pretendia, tudo continua num plano teórico, sem nenhum prazo para transformação em lei que exija seus cumprimentos.